



ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS

CNPJ: 13.001.218/0001-02

Rua: Antonio Bento, 162 - Bairro: Vila Matias - Santos - SP - CEP 11075-260

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2019
e 31 de dezembro de 2018

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS

EXERCÍCIO DE 2019

Contexto Operacional:

A Associação do Plano de Saúde da Santa Casa de Santos é a denominação de uma Associação civil, para fins não econômicos, conforme disposto no art. 53 do Código Civil Brasileiro, constituída em assembleia geral em 25 de outubro de 2010. Tem por objetivo, a operação de planos privados de assistência à saúde, individuais, familiares e coletivos, através da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, dos integrantes dos citados Planos de Saúde, por ela disponibilizados, mediante, exclusivamente, o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente habilitados, para o exercício de atividades na área da saúde.

Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da entidade no resultado do exercício:

Neste exercício foi realizada uma expansão de atendimentos com a abertura de consultórios na cidade de Bertioga, bem como, a elaboração de planejamento estratégico com o objetivo de criar metodologia de verticalização da rede de atendimento.

Dessa forma, com o acréscimo de consultórios foi aprimorado o atendimento de consultas dos usuários do Plano Standard em um único local, com a finalidade de melhor controlar o prazo de atendimento dentro dos limites estipulados nas normas da ANS.

Deve-se ressaltar, também, a elaboração de processos e formatação de protocolos, buscando com isso, mais eficiência, resolutividade e maior controle de custos.

Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto:

Foi implementado investimentos em Tecnologia da Informação para aprimorar os controles de dados estatísticos econômicos/financeiros e de produção, buscando uma parametrização do sistema em termos de qualidade e custo/benefício.

Assim, promovemos a troca de sistemas de informática na gestão dos custos médicos, nos controles financeiros e contabilização visando, principalmente a melhoria da qualidade dos controles internos.

Esse novo sistema está sendo objeto de aprimoramento por parte dos nossos colaboradores para que o atingimento das metas de controles internos seja o mais rápido possível, para melhor desempenho e controle de sinistralidade que neste exercício se apresentou ainda muito elevada, razão do resultado negativo.

Perspectivas e planos da administração para os exercícios seguintes:

a) Processo de redução da Sinistralidade:

Tendo em vista o constante aumento dos custos da assistência médica em nosso País e as diversas alterações e inclusões no Rol de Procedimentos imposto pela Agência Nacional de Saúde, continuamos a atuar no sentido de reduzir a sinistralidade em 6% alinhado em 80 pontos percentuais o qual compreendermos atender os objetivos referente as despesas assistenciais propostas pela operadora, proporcionando um melhor equilíbrio financeiro.

b) Reestruturação e Redução de custos da Rede de Atendimento:

Estamos em contato permanente com a rede credenciada a fim de em comum acordo, acharmos soluções e resolutividade mais eficazes nos procedimentos, aumentando a relação de confiança da cadeia de atendimento, operadora, serviços e usuários, eliminando com isso, eventuais desperdícios reduzindo as despesas em aproximadamente 15%. Estamos reestruturando a rede de prestadores de serviços credenciados a fim de distribuir melhor os serviços de atendimento.

c) Agregação de novos produtos:

A agregação de novos produtos à Operadora é uma tendência positiva adotada pelo mercado dando condições de oxigenar o fluxo financeiro. Trata-se de produtos que são operacionalizados por terceiros, deixando margens mais interessantes sem gerar custos. O Plano Santa Casa Saúde, sempre na vanguarda do mercado vem elaborando novos produtos que tem por objetivo trazer benefícios do segmento saúde, lembrando do impacto do cenário COVID-19 que deve provocar inadimplência e queda no número de beneficiários.

Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados ao Programa de Promoção e Prevenção à Saúde:

- Novas ações nas seguintes áreas:

a) Auditoria Médica.

Estamos em contínua especialização de nossa auditoria, e nosso projeto será desenvolver condições estruturais para controlar as autorizações de internação em nossos prestadores de serviços hospitalares a fim de controlar os custos de internações sem prejuízo da qualidade no atendimento assistencial.

As atividades de auditoria em prestadores externos, ou seja, fora da Cidade de Santos estão sendo intensificadas a fim de não admitir internações evitáveis e ou de longa permanência.

b) Marketing

Continuamos com a política de intensificar as atividades de Marketing para colocar em prática os objetivos traçados para a área comercial, além de fortalecer institucionalmente a Marca Santa Casa em nossa Região, produzindo anúncios, peças publicitárias, livretos, cartazes, banners e elaborando as transformações necessárias no intuito de aumentar o número de beneficiários em nossa carteira.

c) Estrutura Comercial

Estamos implementando como objetivo de crescimento nas vendas de nossos produtos uma plataforma comercial que permita a regionalização de vendas juntamente com parceiros terceirizados nas regiões do litoral norte e sul do estado, com o objetivo de alavancar o número de usuários naquelas áreas. Tendo em vista este objetivo, transformamos a política de comissionamento para dar apoio a este projeto.

Estamos também reestruturando a área de atendimento corporativo as empresas clientes criando um conceito de fidelização do usuário ao nosso Plano de Saúde com o objetivo de acompanhar clinicamente os usuários através de nossos Programas de Promoção a Saúde e Prevenção a doenças.

d) Programas de Promoção à Saúde e Prevenção a Doenças

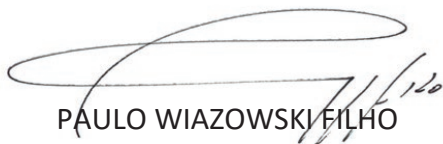
Dando continuidade ao plano traçado em 2015, continuamos trabalhando no referencial de atendimento para os pacientes captados nos programas com a criação de um centro de atendimento de alta resolução para os pacientes, contendo consultórios de clínica médica especializada em Pronto atendimento. Esses pacientes devem ser mantidos em tratamento contínuo e com baixo custo ambulatorial.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento:

A decisão da Diretoria é de manter todos os investimentos financeiros dentro do patamar exigido pela ANS, não havendo nenhuma intenção de alterar esses pressupostos, para maior garantia da saúde financeira da nossa entidade.

Isto posto, também deve-se ressaltar a elaboração de estudos para a criação e desenvolvimento de setores para cuidarem da gestão de risco, de compliance e de governança corporativa elementos essenciais, atualmente, para se fazer uma administração com o binômio eficiência e resultados.

Todas essas ações combinadas com o cenário econômico e o de saúde do País evidenciando o impacto da pandemia COVID-19


PAULO WIAZOWSKI FILHO
PRESIDENTE


AUGUSTO CAPODICASA
DIRETOR ADM/FINANCEIRO

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS

CNPJ: 13.001.218/0001-02

Rua: Antonio Bento, 162 Bairro: Vila Matias -Santos- SP - CEP 11075-260

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Atendendo determinações legais, apresentamos aos Senhores Associados da Associação da Santa Casa de Santos a publicação das Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício Social findo em 31 de Dezembro de 2019, incluídas as exigências especiais de acordo com a lei nº 9656/98 da Agência Nacional de Saúde que regem as operadoras de Planos de Assistências a Saúde.

Ativo	NE	2019	2018
Circulante		60.255.575	40.705.231
Disponível	3	2.295.630	2.589.231
Realizável		57.959.945	38.116.000
Aplicações Financeiras	4	25.893.776	23.698.934
<i>Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas</i>		<i>24.542.736</i>	<i>21.413.809</i>
<i>Aplicações Não Vinculadas</i>		<i>1.351.040</i>	<i>2.285.125</i>
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5	6.940.516	8.291.074
<i>Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber</i>		<i>6.940.516</i>	<i>8.291.074</i>
Créditos Tributários e Previdenciários		74.060	10.276
Bens e Títulos a Receber	6	25.032.634	6.095.731
Despesas Antecipadas		18.959	19.984
Não circulante		51.604.184	47.476.482
Títulos e Créditos a Receber	7	41.110.048	44.904.982
Depósitos Judiciais e Fiscais		426.070	108.424
Outros Títulos e Créditos a Receber		5.230.753	-
Investimentos		90.154	30.097
<i>Outros Investimentos</i>		<i>90.154</i>	<i>30.097</i>
Imobilizado	8	4.693.200	2.371.949
<i>Não Hospitalares / Odontológicos</i>		<i>1.497.201</i>	<i>1.428.885</i>
<i>Outras Imobilizações</i>		<i>3.195.998</i>	<i>943.064</i>
Intangível	9	53.959	61.030
Total do ativo		111.859.758	88.181.713

*As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS

CNPJ: 13.001.218/0001-02

Rua: Antonio Bento, 162 Bairro: Vila Matias -Santos- SP - CEP 11075-260

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Atendendo determinações legais, apresentamos aos Senhores Associados da Associação da Santa Casa de Santos a publicação das Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício Social findo em 31 de Dezembro de 2019, incluídas as exigências especiais de acordo com a lei nº 9656/98 da Agência Nacional de Saúde que regem as operadoras de Planos de Assistências a Saúde.

Passivo	NE	2019	2018
Circulante		52.979.843	29.120.374
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	29.039.512	25.524.401
Provisões de Contraprestações		6.286.525	6.006.115
<i>Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG Assistencial</i>		6.255.726	5.965.342
<i>Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG Odontológico</i>		30.799	40.773
Prov.de Eventos a Liq. Ressarcimento SUS		2.381.766	1.180
Prov.de Eventos a Liq. p/Outros Prest. de Serv. Assistenciais		13.341.999	9.255.865
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		7.029.222	10.261.241
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	11	1.303.443	901.937
<i>Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios</i>		430.602	353.031
<i>Comercialização sobre Operações</i>		872.841	381.048
<i>Operadoras de Planos de Assistência à Saúde</i>		-	167.858
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	12	1.839.593	883.679
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	13	11.245.460	-
Débitos Diversos		9.551.835	1.810.358
Não Circulante		2.309.129	63.000
Prov.de Eventos a Liq. Ressarcimento SUS		1.678.792	-
Provisão para contingências		630.337	63.000
Patrimônio Social	15	56.570.786	58.998.339
Capital Social / Patrimônio Social		56.506.849	56.111.572
Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		(196.455)	2.491.490
Ajustes de exercícios anteriores	14	260.392	395.277
Total do passivo e patrimônio Social		111.859.758	88.181.713

*As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS

CNPJ: 13.001.218/0001-02

Rua: Antonio Bento, 162 Bairro: Vila Matias -Santos- SP - CEP 11075-260

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	NE	2019	2018
Contraprestações Efet. / Prêmios Ganhos de Plano de Assist. à Saúde		306.566.334	288.025.365
<i>Receitas com Operações de Assistência à Saúde</i>	16	307.571.783	288.025.365
<i>Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos</i>		307.571.783	288.025.365
<i>(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora</i>		(1.005.449)	-
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(264.973.633)	(247.756.825)
<i>Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados</i>	17	(268.205.651)	(249.210.468)
<i>Varição da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados</i>		3.232.018	1.453.643
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		41.592.733	40.268.540
<i>Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde</i>		2.690.307	1.564.226
<i>Outras Receitas Operacionais</i>		2.690.307	1.564.226
<i>Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde</i>		(6.768.905)	(5.359.098)
<i>Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde</i>		(4.992.415)	(3.930.382)
<i>Provisão para Perdas Sobre Créditos</i>		(1.776.490)	(1.428.716)
<i>Outras Desp. Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde</i>		(1.706)	(28.354)
Resultado Bruto		37.512.429	36.445.314
<i>Despesas de Comercialização</i>	19	(7.694.983)	(8.571.085)
<i>Despesas Administrativas</i>	20	(32.988.060)	(26.530.301)
Resultado Financeiro Líquido		482.701	1.222.872
<i>Receitas Financeiras</i>	21	2.642.989	2.463.727
<i>Despesas Financeiras</i>	21	(2.160.289)	(1.240.855)
Resultado Patrimonial		-	(75.310)
<i>Receitas Patrimoniais</i>		-	-
<i>Despesas Patrimoniais</i>		-	(75.310)
Resultado Antes dos Impostos e Participações		(2.687.945)	2.491.490
Resultado Líquido		(2.687.945)	2.491.490

*As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS

CNPJ: 13.001.218/0001-02

Rua: Antonio Bento, 162 Bairro: Vila Matias -Santos- SP - CEP 11075-260

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	Capital / Patrimônio Social	Ajuste de exercícios anteriores	Superávit/Déficit acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	44.915.632	48.084	11.147.855	56.111.571
Aumento de Patrimônio Social	-	(48.084)	(11.147.855)	(11.195.939)
Ajustes Exercício Anterior	-	395.277	-	395.277
Superávit Líquido do Exercício	11.195.939	-	2.491.490	13.687.429
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	56.111.571	395.277	2.491.490	58.998.339
Aumento de Patrimônio Social	-	-	-	-
Ajustes Exercício Anterior	395.277	(134.885)	-	260.392
Déficit Líquido do Exercício	-	-	(2.687.945)	(2.687.945)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	56.506.849	260.392	(196.455)	56.570.786

*As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS

CNPJ: 13.001.218/0001-02

Rua: Antonio Bento, 162 Bairro: Vila Matias -Santos- SP - CEP 11075-260

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Atividades Operacionais	2019	2018
(+) Recebimentos Plano de Saúde	290.893.641	283.637.895
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	175.105.365	231.664.516
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.333.304	1.643.083
(+) Outros Recebimentos Operacionais	18.223.334	4.858.262
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(287.669.870)	(270.331.180)
(-) Pagamento de Comissões	(5.755.821)	(7.869.678)
(-) Pagamento de Pessoal	(3.558.093)	(2.756.761)
(-) Pró Labore	(384.691)	(294.403)
(-) Pagamento de Tributos	(11.901.930)	(10.298.032)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhista/Tributária)	(2.000)	(11.189)
(-) Pagamento de Aluguel	(1.486.251)	(1.538.868)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(826.303)	(585.049)
(-) Aplicações Financeiras	(177.478.654)	(220.904.206)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(6.054.221)	(4.342.645)
Caixa Líquido da Atividades Operacionais	(9.562.191)	2.871.745
Atividades De Investimento		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(1.951.993)	(1.417.541)
(-) Pagamento Relativo Ativo Intangível	-	-
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	(300)	(300)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(1.952.293)	(1.417.841)
Atividades De Financiamento		
(+) Recebimento de Emprestimos	118.453.960	14.100.000
(-)Pagamento de juros e encargos sobre Leasing	(18.337.625)	(61.868)
(-)Pagamento amortização de Leasing	(88.895.452)	(14.157.773)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	11.220.882	(119.641)
Variação Líquida Do Caixa	(293.601)	1.334.263
Caixa - Saldo Inicial	2.589.231	1.254.968
Caixa - Saldo Final	2.295.630	2.589.231
Ativos Livres no Início do Período (*)	2.589.231	1.254.968
Ativos Livres no Final do Período (*)	2.295.630	2.589.231
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ - Recursos Livres	(293.601)	1.334.263

*As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS

CNPJ: 13.001.218/0001-02

Rua: Antonio Bento, 162 Bairro: Vila Matias -Santos- SP - CEP 11075-260

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em reais, exceto quando de outra forma indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS é uma associação civil, sem fins lucrativo, fundada em 25/10/2010, tendo como registro definitivo da ANS sob nº 41802-1, e está habilitada a prática das atividades que são atribuídas pela regulamentação aplicável, atuando como Operadora de Planos de Saúde.

Todos os recursos recebidos pela Associação são direcionados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas e investimentos patrimoniais.

A operadora é considerada uma seguradora atípica, não presta serviços diretamente aos beneficiários limitando-se assim securitariamente à responsabilidade pelo pagamento de serviços médicos hospitalares à rede contratada, possuindo isenção de IRPJ e CSLL.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e estão sendo apresentadas conforme normas e instruções da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS.

Conforme Resolução Normativa – RN nº. 435 de 23 de novembro de 2018, à adoção da nova versão do Plano de Contas Padrão – ANS pelas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde é obrigatório para os registros dos fatos contábeis ocorridos a partir de 01 de janeiro de 2019. A operadora possui 81.423 usuários com uma receita de contraprestação de R\$ 307.571.783 apurada durante o exercício.

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (NBC TG 1000).

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão da Entidade.

2.1 Demonstrações financeiras

2.1.1 Segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante

Ativos ou passivos circulantes, são aquelas cuja expectativa de realização ou desembolso não seja maior que 12 meses após a data do balanço.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Entidade utiliza como moeda funcional o Real e as demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (exceto quando indicado de outra forma).

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de Alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores há três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação, reconhecimento e mensuração

As compras e as Vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Operadora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem os ativos financeiros mantidos para negociação, e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à conta de resultado. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, e compreendem o contas a receber de clientes, partes relacionadas e caixa e equivalentes de caixa, e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.3 Impairment de ativos financeiros

A Entidade avalia no final de cada período de apresentação do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Entidade utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- . Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- . Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- . Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- . O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- . Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - .. Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - .. Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do déficit é mensurado como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Operadora pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pessoa física (Plano Individual) e/ou Plano Coletivos junto a operadoras de saúde pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade, deduzidos da provisão para *impairment*, quando aplicável.

O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização

das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

Nesse sentido, diariamente a área de Financeiro da Entidade analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes Planos Individuais e Planos Coletivos, selecionando os clientes cujas faturas estejam vencidas para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido, considerando a situação financeira do cliente e envolvimento da área Jurídica em alguma execução. O resultado desse julgamento estabelece um percentual que é aplicado sobre o saldo das faturas detidas contra o cliente e determina o montante financeiro a ser contabilizado como *impairment*.

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício na rubrica "Reversão Contas a Receber".

2.6 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de reposição.

2.7 Ativos Intangíveis

(a) Desenvolvimento e implantação de sistemas (softwares)

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; (ii) a Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo; (iii) o *software* pode ser vendido ou usado; (iv) o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e (vi) o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear.

2.8 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se as respectivas taxas fiscais. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 8.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Reparos e gastos com manutenção são apropriados ao resultado no período de competência.

Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício.

Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Impairment de ativos não financeiro exceto ágio

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

Correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços como materiais e medicamentos destinados adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11 Ativos e passivos contingentes

(a) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e cujo valor seja possível de mensurar. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(b) Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Entidade espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes de natureza tributária e civil avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

2.12 Reconhecimento de Receita

(a) Receita Operacional

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade, e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das prestações de serviços realizados, quais sejam transferência de propriedade e do risco ao cliente, comprovação da transação segundo evidências correspondente utilizado e confirmação do crédito para a realização da transação. A receita é o rendimento líquido dos serviços, após dedução de impostos, descontos concedidos.

A escrituração contábil obedece ao Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras de Plano de

Assistência à Saúde em vigor.

(b) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização provável.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	-	6.161
Bancos	2.295.630	2.583.070
	<u>2.295.630</u>	<u>2.589.231</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que as Empresas consideram equivalentes de caixa os valores que são realizáveis e conversíveis imediatamente em caixa.

4. Aplicações Financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Vinculadas ANS	24.542.736	21.413.809
Não vinculadas (Lastro ANS)	1.351.040	2.285.125
	<u>25.893.776</u>	<u>23.698.934</u>

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas de acordo com regras estabelecidas pela ANS.

As aplicações financeiras vinculadas, referem-se a aplicações em CDB no Banco Santander, para cumprir a Resolução Normativa nº 227 que dispõe de recursos garantidores das Provisões Técnicas e alterações posteriores.

5. Contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Plano Individual	2.188.518	2.360.528
Plano Individual Odontológico	16.304	18.078
Plano Coletivo por adesão	8.462	8.357
Plano Empresarial	5.638.529	7.680.114
	<u>7.851.813</u>	<u>10.067.077</u>
Provisão para perdas sobre créditos	(911.297)	(1.776.003)
	<u>6.940.516</u>	<u>8.291.074</u>

Refere-se às mensalidades do Plano de Saúde – Individual e Empresarial, o valor composto se refere aos planos na modalidade de Pré-pagamento, que são registradas e mantidas no balanço pelo valor

nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde.

A Provisão para perdas sobre créditos de contraprestações efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos a mais de 60 dias para Planos individuais e vencidos a mais de 90 dias para planos coletivos.

6. Bens e Títulos a receber		
	31/12/2019	31/12/2018
Estoques	91.293	-
Cheques e Ordens a Receber	-	1.135.831
Adiantamentos Funcionários	9.055	33.345
Adiantamentos a prestadores	6.284.368	2.268.348
Adiantamentos a fornecedores	15.822	-
Confissões de dívida e repactuações	4.743.227	2.658.208
Recursos de Glosas a receber	13.754.282	-
Outros Bens a Receber	134.588	-
	25.032.634	6.095.731

7. Títulos e Créditos a receber (Longo Prazo)		
	31/12/2019	31/12/2018
Títulos e Créditos a Receber	41.110.048	44.904.982
	41.110.048	44.904.982

Trata-se de saldo de valores em negociação relativos uso da marca "Santa Casa de Santos" e demais ativos oriundos da dissipação do Plano junto ao Hospital Santa Casa em 96 (noventa e seis) parcelas mensais de R\$ 417 mil cada uma, com reajustes anuais, mediante cessão de direitos de uso da marca do fornecedor a Operadora pelo mesmo prazo de tempo, cujo início ocorreu em abril de 2017. No exercício de 2019, referido acordo foi repactuado, com o incremento de novos valores sendo formalizado aditivo contratual, que resultou em um aumento de R\$ 231 mil nos valores das parcelas e totalizando R\$ 648 mil.

8. Ativo Imobilizado			
Descrição da Conta	Taxas	2019	2018
Instalações	10	454.971	409.367
Máquinas e equipamentos	10	65.914	41.748
Equipamentos de informática	20	580.878	524.623
Móveis e Utensílios	10	1.111.859	1.025.618
Veículos	20	156.972	7.900
Imobilizações em andamento	10	3.195.998	943.064
Total Custo		5.566.592	2.952.831
(-) Depreciação Acumulada		(873.393)	(580.371)
Total Imobilizado		4.693.200	2.371.949

Descrição	2018	Aquisições	Baixas	Depreciações	2019
Instalações	299.859	45.604	-	(44.144)	301.318
Máquinas e Equipamentos	35.055	24.167	-	(4.823)	54.398
Equip. de Proc. Eletr. de Dados	244.762	56.256	-	(109.035)	191.983
Móveis e Utensílios	842.757	86.240	-	(108.595)	820.403
Veículos	6.452	149.072	-	(26.425)	129.099
Benfeitorias	941.571	2.253.135	-	-	3.194.706
Biblioteca	1.494	-	-	(200)	1.294
Total de Imobilizado	2.371.949	2.614.474	-	-	293.223
					4.693.200

9. Intangível

Descrição da Conta	Taxas	2019	2018
Sistema de Computação	20	136.738	118.151
Total Custo		136.738	118.151
(-) Amortização Acumulada		(82.779)	(57.122)
Total Intangível		53.959	61.030

Descrição	2018	Aquisições	Baixas	Amortizações	2019
Sistema de Computação	61.030	31.725	(13.138)	(25.657)	53.959
Total Intangível	61.030	31.725	(13.138)	(25.657)	53.959

10. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganhas	31/12/2019	31/12/2018
Plano Individual	6.240.475	5.955.192
Plano Coletivo P/Adesão	9.319	9.479
Plano Individual Odontológico	30.799	40.773
Plano empresarial	5.933	671
	6.286.525	6.006.115

Provisão de eventos e sinistros a liquidar - SUS	31/12/2019	31/12/2018
Ressarcimento SUS - ABI	1.915.101	1.180
Ressarcimento SUS - Parcelamento	466.665	-
	2.381.766	1.180

Provisão de eventos e sinistros a liquidar - Prestadores	31/12/2019	31/12/2018
Rede credenciada	13.341.999	9.255.865
	13.341.999	9.255.865
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados - PEONA	31/12/2019	31/12/2018
PEONA	7.029.222	10.261.241
	7.029.222	10.261.241

Em 2019 o valor apresentado está de acordo com a Nota Técnica Atuarial da PEONA, calculada pela metodologia de avaliação dos fatores de crescimento por triângulo de Run-Off, a qual foi aprovada em 03/12/2015 através de ofício nº 2046/2015/GGAME(COATU)/DIOPE/ANS referente processo nº 33902542480/2015-81.

A operadora possui o montante de R\$ 24.542.735,89 em aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas como ativo garantidor.

Análise de suficiência dos Ativos Garantidores	
Total de Provisões Técnicas com exigência de ativos	22.286.323,27
Valor garantido em imóveis	0,00
Necessidade de Lastro	22.286.323,27
Aplicações Garantidoras válidas	24.542.735,89
Verificação de suficiência de ativos garantidores	Suficiente

11. Débitos de Operações de Assistência a saúde

Contraprestações recebidas antecipadamente	31/12/2019	31/12/2018
Contraprestações Recebidas	326.690	249.822
Faturas Plano Empresa	103.209	103.209
Demais valores	703	-
	430.602	353.031

Esse montante refere-se a Depósito de Beneficiários escriturado do Plano de Saúde de Contraprestação Pecuniárias Recebidas.

Comercialização sobre operações de assistência à saúde	31/12/2019	31/12/2018
Débitos de comercialização	872.841	381.048

Faturas Plano Empresa	-	167.858
Demais valores	-	-
	872.841	548.906
Total de débitos de operações de assistência a saúde	1.303.443	901.937

12. Tributos e encargos sociais a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
ISS - Prefeitura municipal de Santos	155.380	-
Contribuições Previdenciárias	209.972	194.000
FGTS	39.598	32.366
PIS S/Folha de pagto	6.255	5.143
Impostos e Contribuições retidos	1.428.388	652.170
	1.839.593	883.679

A Lei complementar nº 874/2015 foi revogada tacitamente pela Lei complementar nº 1003/2018, de forma que a isenção de ISS anteriormente prevista não é mais aplicável, em novembro de 2018 a comunicação foi expressamente direcionada ao Plano de Saúde da Santa Casa de Santos de forma que, os valores passaram a ser recolhidos em 2019.

13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimo Santander	1.800.000	-
Empréstimo Sicoob	9.378.061	-
Financiamento para aquisição de ativos	67.399	-
	11.245.460	-

Em 2019 foram captados 3 empréstimos para fins de captação e fluxo de caixa, e 1 empréstimo de conta garantida:

Instituição / Modalidade	Valor Principal	Início do contrato	Final do contrato	C.e.t. % a.a	Valor Principal
Banco SICCOB/ Crédito Rotativo	5.000.000	16/09/2019	25/08/2020	12,91%	4.336.417
Banco SICCOB/ Crédito Rotativo	4.000.000	26/09/2019	31/08/2020	12,91%	4.032.693
Banco SICCOB/ Crédito Rotativo	1.000.000	06/11/2019	14/05/2020	12,91%	1.008.952
Banco Santander/Conta Garantida - Limite a utilizar	2.000.000	-	-	-	2.000.000
Banco Santander/Conta Garantida - Limite não utilizado	(200.000)	-	-	-	(200.000)
Financiamento para aquisição de ativos	67.399	-	-	-	67.399
Total	11.867.399				11.245.460

14. Ajustes de exercícios anteriores

A Operadora procedeu com Ajuste de Exercício Anterior no montante de R\$ 260.392 contabilizados no Patrimônio Líquido.

	31/12/2019	31/12/2018
Reversão de PPSC	1.269.504	419.601
Contraprestações Pecuniárias	-	(31.956)
Negociações de Mensalidades	(211.680)	-
Outros ajustes	(797.432)	7.632
	<u>260.392</u>	<u>395.277</u>

15. Patrimônio Social

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Social	56.506.849	56.111.572
Ajustes Exercício anterior	260.392	395.277
Reservas de superávits/déficits	(196.455)	2.491.490
	<u>56.570.786</u>	<u>58.998.339</u>

16. Receitas com operações de Assistência a Saúde

	31/12/2019	31/12/2018
Planos Individuais/Familiares antes da Lei	16.485.989	16.147.679
Planos Individuais/Familiares pós da Lei	112.540.457	105.783.717
Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	598.691	364.577
Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	86.128.243	24.039.671
Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	-	250.340
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	93.253.821	142.929.824
Planos Individuais/Fam. Odontol. depois da Lei	761.038	263.394
Planos Coletivos Odontológico depois da Lei	44.615	10.738
(-) Contraprestação de Corresponsabilidade	(2.241.071)	(1.672.124)
(-) Outras Deduções da Contraprestação	-	(92.451)
	<u>307.571.783</u>	<u>288.025.365</u>

17. Eventos indenizáveis

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas c/Eventos Planos Ind/Fam. antes Lei	17.121.637	13.355.716
Despesas c/Eventos Planos Ind/Fam. depois Lei	81.457.596	78.839.318
Despesas c/Eventos Planos Col. Ad. antes Lei	345.745	817.400
Despesas c/Eventos Planos Col. ad. depois Lei	75.627.227	19.449.169
Despesas c/Eventos Planos Empresarial antes Lei	-	4.753.162
Despesas c/Eventos Planos Empresarial depois Lei	93.653.447	131.995.703
	<u>268.205.651</u>	<u>249.210.468</u>

Atendendo as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar demonstração detalhada dos registros de Eventos Indenizáveis:

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais/Familiares antes da Lei

O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111101 e 41121101

Descrição	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Intercâmbio Eventual	TOTAL
Consulta Médica	-	2.065.747	-	-	2.065.747
Exames	-	2.827.777	-	-	2.827.777
Terapias	-	398.051	-	-	398.051
Internações	-	7.637.515	-	-	7.637.515
Outros Atend.	-	489.236	-	-	489.236
Demais Despesas	-	3.703.311	-	-	3.703.311
TOTAL	-	17.121.637	-	-	17.121.637

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais/Familiares pós Lei

O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111102 e 41121102

Descrição	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Intercâmbio Eventual	TOTAL
Consulta Médica	-	12.264.378	-	-	12.264.378
Exames	-	12.732.035	-	-	12.732.035
Terapias	-	3.173.473	-	-	3.173.473
Internações	-	32.244.156	-	-	32.244.156
Outros Atend.	-	1.924.655	-	-	1.924.655
Demais Despesas	-	19.118.898	-	-	19.118.898
TOTAL	-	81.457.596	-	-	81.457.596

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei

O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111103 e 41121103

Descrição	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Intercâmbio Eventual	TOTAL
Consulta Médica	-	59.873	-	-	59.873
Exames	-	95.350	-	-	95.350
Terapias	-	8.525	-	-	8.525
Internações	-	57.835	-	-	57.835
Outros Atend.	-	14.553	-	-	14.553
Demais Despesas	-	109.609	-	-	109.609
TOTAL	-	345.745	-	-	345.745

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Planos Coletivos por Adesão Pós Lei

O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111104 e 41121104

Descrição	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Intercâmbio Eventual	TOTAL
Consulta Médica	-	8.783.886	-	-	8.783.886
Exames	-	11.812.795	-	-	11.812.795
Terapias	-	1.153.208	-	-	1.153.208
Internações	-	35.213.456	-	-	35.213.456
Outros Atend.	-	1.980.158	-	-	1.980.158
Demais Despesas	-	16.683.724	-	-	16.683.724
TOTAL	-	75.627.227	-	-	75.627.227

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei

O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111105 e 41121105

Descrição	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Intercâmbio Eventual	TOTAL
Consulta Médica	-	-	-	-	-
Exames	-	-	-	-	-
Terapias	-	-	-	-	-
Internações	-	-	-	-	-
Outros Atend.	-	-	-	-	-
Demais Despesas	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Planos Coletivos Empresariais pós Lei

O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111106 e 41121106

Descrição	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Intercâmbio Eventual	TOTAL
Consulta Médica	-	12.440.375	-	-	12.440.375
Exames	-	15.783.101	-	-	15.783.101
Terapias	-	1.419.650	-	-	1.419.650
Internações	-	36.182.345	-	-	36.182.345
Outros Atend.	-	2.175.362	-	-	2.175.362
Demais Despesas	-	25.652.614	-	-	25.652.614
TOTAL	-	93.653.447	-	-	93.653.447

18. Provisões de Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)

Em 03/12/2015 foi aprovado sob processo nº 33902542480/2015-81 a metodologia proposta a ANS da Nota Técnica atuarial da Provisão de Eventos Ocorridos e Não avisados.

19. Despesas de comercialização

	31/12/2019	31/12/2018
Comissões s/Operações de Assist. a Saúde	7.694.983	8.571.085
	<u>7.694.983</u>	<u>8.571.085</u>

20. Despesas administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com Pessoal Próprio	8.258.156	6.271.247
Despesas com Serviços de Terceiros	6.414.601	5.265.251
Despesas com Localização e Funcionamento	4.468.506	3.517.009
Despesas com Publicidade e Propaganda	872.093	468.613
Despesas com Tributos	1.010.481	464.203
Despesas Administrativas Diversas*	11.964.223	10.543.979
	<u>32.988.060</u>	<u>26.530.301</u>

*Referem-se Despesa com contrato de gestão R\$ 6.021.442,32 e contrato de uso da marca R\$ 3.794.934,14, custas processuais R\$ 1.216.579,17, publicações R\$ 222.561,89 e demais valores R\$ 708.705,27 que totalizam as despesas diversas.

21. Resultado financeiro

Receitas Financeiras	31/12/2019	31/12/2018
Receitas com Depósitos Bancários a Prazo	1.333.304	1.643.083
Receitas Financeiras Diversas	1.309.686	820.644
	<u>2.642.989</u>	<u>2.463.727</u>
Despesas Financeiras	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Financeiras c/Opera. de Assist. Saúde	1.440.100	830.247
Despesas com Empréstimos e Financiamentos	-	3.208
Outras Despesas Financeiras	720.189	407.400
	<u>2.160.289</u>	<u>1.240.855</u>
Resultado financeiro líquido	482.701	1.222.872

22. Provisões Técnicas atuariais

A Resolução Normativa 209/2009 estabelece regras para constituição das provisões técnicas PMA (Patrimônio Mínimo Ajustado), Margem de Solvência, PEONA (Provisão de Eventos Ocorridos e não avisados) e a Resolução Normativa 227/2010 estabelece regras para PEAL (Provisão de Eventos a Liquidar) e alterações posteriores.

Cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado	
Patrimônio Líquido	56.570.786,09
Patrimônio Líquido com resultado	53.882.841,43
Deduções (data-base do parecer)	72.918,06
Adições (saldo inicial 2013)	0,00
Proporcionalidade das Adições	2%

Análise de suficiência dos Recursos Próprios Mínimos	
Patrimônio Líquido Ajustado	56.497.868,03
Necessidade de Recursos Próprios Mínimos	Margem de Solvência
Margem de Solvência Total	80.084.354,48
Proporcionalidade da Margem de Solvência	77,90%
Margem de Solvência parcial	62.385.712,14
Despesas com programas aprovados	0,00
Margem de Solvência exigida	62.385.712,14
Verificação de suficiência	Insuficiente

Provisões Técnicas	
PEONA	7.029.223,10
Provisão para Remissão	0,00
PESL Outros Prestadores (Beneficiários OPS)	13.341.999,07
(-) Depósitos Judiciais - Eventos/Sinistros	0,00
PESL Outros Prestadores (Corresponsabilidade Assumida)	0,00
(-) Créditos a receber de corresponsabilidade assumida	0,00
PESL SUS	4.060.557,77
(-) PESL SUS Parcelada	2.145.456,67
(-) PESL SUS ABI's x %hc - Índice de Adimplência	0,00
(-) PESL SUS suspensa com mais de 5 anos do vencimento	0,00
(-) Depósitos Judiciais - Ressarcimento ao SUS	0,00
Outras Provisões Técnicas	0,00
PIC	0,00

23. Conciliação do lucro líquido

	2019	2018
Resultado lucro (prejuízo) líquido	(2.687.945)	2.491.490
Ajustes por		
Depreciação e amortização	299.361	253.646
Recuperações de crédito	(1.374.740)	133.000
Programa de Incentivo para desligamento	-	(295.737)
Ajustes de exercícios anteriores	(134.885)	395.277
Provisão para perda sobre créditos	(1.776.490)	-
Contrato de Gestão	(6.021.442)	-

(Acréscimo) decréscimo em ativos

Aplicações financeiras	(2.194.842)	11.118.065
Créditos De Op.C/ Planos De Assistência A Saúde	1.350.558	1.189.207
Créditos Tributários E Previdenciários	(63.783)	(7.253)
Bens E Títulos A Receber	(18.936.903)	(1.898.992)
Despesas Antecipadas	1.025	(11.615)
Realizável A Longo Prazo	(4.127.702)	(9.737.670)

Acréscimo (decréscimo) em passivos

Provisões Técnicas De Operações De Assistência A Saúde	3.515.112	1.932.124
Débitos De Operações De Assistência A Saúde	401.506	(4.408.893)
Tributos E Encargos Sociais A Recolher	955.915	97.626
Empréstimos e Financiamentos	11.245.460	(32.773)
Exigível Longo Prazo	2.246.129	(110.342)
Débitos Diversos	7.741.477	318.013
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(9.562.222)	1.425.173

Atividades de investimento

Aquisição diversas	-	141.330
Aquisição de ativo imobilizado / intangível	(1.951.993)	(1.515.050)
Outros (imobilizações em andamento)	(300)	941.571
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(1.952.293)	(432.149)

Atividades de financiamento

(+) Recebimento de Empréstimos	118.453.960	303.643
Pagamento de juros e encargos sobre Leasing	(18.337.625)	(3.208)
Pagamento amortização de Leasing	(88.895.452)	40.805

Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	11.220.882	341.240
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(293.601)	1.334.264
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.589.231	1.254.968
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.295.630	2.589.231
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(293.601)	1.334.263

24. Seguros

Seguradora	Apólice nº	Cobertura	Valor Cobertura	Vigência
Chubb Seguros Brasil S.A	30.10.0014791-28	Responsabilidade Civil	20.000.000,00	27/04/2019 a 27/04/2020
Mafre Seguros Gerais S.A.	4356/0001206/18	Seguro Predial	21.155.000,00	21/01/2020 a 21/01/2021
Cifra Santos Corretora Seguros Ltda	051.22.10294868	Seguro Moto	50.000,00	08/03/2019 a 08/03/2020
Sul América Cia Nacional de Seguros	3756432-0	Seguro Veículo	100.000,00	12/07/2019 a 12/07/2020

25. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global.

A Administração da operadora acompanha atentamente a evolução dos seus efeitos no mercado brasileiro e nos demais países, bem como o andamento das medidas governamentais para a minimização dos impactos sobre a atividade econômica. Até o momento, não foi possível quantificar com precisão qualquer situação que produza impactos relevantes sobre os ativos, passivos e o resultado das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019.

PAULO WIAZOWSKI FILHO
PRESIDENTE

ALINE DA SILVA SIMÃO
CRC 1SP277653/O-3
CONTADORA

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Associação do Plano de saúde da Santa Casa de Santos, nos termos da legislação vigente e de acordo com o Estatuto Social da Associação, reuniu-se em 26 de março de 2020 para examinar o Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, correspondente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, após terem procedido as verificações e diligências que se fizeram necessárias, são de parecer que as referidas peças contábeis sejam aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária.

Santos, 26 de março de 2020.

Sr. Tiago de Oliveira Alves Queiroz

Sr. Fabio Luiz Isoldi

Sr. Constantino Kader Conde

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Administradores da
ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS
Santos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTACASA DE SANTOS** (Operadora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado/superávit, das mutações do patrimônio líquido/social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos de ajustes que poderiam advir dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS.**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Com exceção dos parágrafos descritos a seguir, acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva e ênfase.

1. *Contraprestações a Receber:* A Operadora vem investindo em serviços de profissionais especializados no sentido de aprimorar seus respectivos registros, visando a melhoria da qualidade dos registros auxiliares das contas a receber e, conseqüentemente a necessidade provisão para perdas sobre créditos. Até a data da emissão deste relatório, referido trabalho encontra-se em fase de desenvolvimento. Segundo a Administração da Operadora, espera-se não haver ajustes significativos as demonstrações contábeis, por ocasião do término dos citados trabalhos.
2. *Glosas a Receber:* Em 31 de dezembro de 2019, conforme nota explicativa nº 6 a Associação apresenta no Ativo Circulante, sob a rubrica “Bens e Títulos a Receber”, o saldo de R\$ 13.754 (Treze milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais), referentes a recursos de glosas a receber, relativos a valores pagos a maior a rede credenciada. Segundo a Administração da Associação, parte desses créditos, deverá ser ressarcido e outra parte, considerado não realizável. A Associação trabalha em conjunto ao setor financeiro no sentido de demonstrar e

comprovar a existência de cobranças indevidas e assim, receber os valores anteriormente pagos a maior. Dessa forma, para identificação correta das finalidades e consequente regularização desses créditos, a Associação está analisando as informações financeiras envolvendo as prestações de contas dessa rede credenciada (confronto dos valores faturados com os documentos internos, notas fiscais apresentadas e demais documentações suporte dos valores faturados e pagos), relativo aos atendimentos realizados aos pacientes, e deve promover o complemento das provisões para perdas, sendo que parte dos valores deverá ser recebida e a outra parte, reconhecida no resultado do exercício e/ou em lucros ou prejuízos acumulados. Em Consequência e tendo em vista que parte desses créditos pode corresponder a despesas não reconhecidas ao resultado, em 31 de dezembro de 2019, o resultado do exercício e o patrimônio líquido podem estar demonstrados em valor superior a esse montante (valor máximo) ou em valor inferior que no momento não é praticável quantificar.

3. Outros Valores a Receber: As rubricas relacionadas a "Outros Valores a Receber", referem-se a mensalidades renegociadas que somam entre Circulante e Não Circulante, o montante de R\$ 9.973 (nove milhões, novecentos e setenta e três mil reais). Até a data da emissão deste relatório, a Operadora trabalha no sentido de promover a respectiva composição analítica do referido saldo para verificar a necessidade de provisão para perdas na realização desses créditos. Segundo a Administração da Operadora, espera-se não haver ajustes significativos as demonstrações contábeis, por ocasião do término dos citados trabalhos.

4. Outros Créditos: Conforme o descrito na nota explicativa 7 as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, que apresenta, registrado no grupo do Ativo Circulante e Não Circulante, montantes que somam o valor de R\$ 41.110 (Quarenta e um milhões, cento e dez mil), relativos a créditos e que estão sendo realizados em noventa e seis parcelas mensais de R\$ 417 (quatrocentos e dezessete reais mil reais) cada uma, com reajustes anuais, mediante cessão de direitos do uso da marca do fornecedor a Operadora pelo mesmo prazo de tempo, iniciado em abril de 2017. No exercício de 2019, referido acordo foi repactuado, com o incremento de novos valores sendo formalizado aditivo contratual, que resultou em um aumento de R\$ 231 (duzentos e trinta e um mil reais) nos valores das parcelas e totalizando R\$ 648 (seiscentos e quarenta e oito mil reais).

5. Provisão de multas: A Operadora vem realizando pagamentos mensais a título de multas por NIP a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e registrando as mesmas por ocasião desses pagamentos.

Ênfase

6. Continuidade Operacional: Conforme Nota Explicativa 22, a Operadora apresenta Margem de Solvência insuficiente e prejuízo contábil no exercício corrente. Visando a garantia normal das atividades da Operadora, a Administração vem adotando medidas, buscando soluções visando a obtenção de adequados níveis de operações e de rentabilidade, que possibilitem a recuperação dos investimentos efetuados. Dentre outras medidas, conforme relatório da administração, a Associação vem tomando as seguintes ações a) expansão de atendimentos com abertura de consultório na cidade de Bertioga b) investimentos em tecnologia da informação, notadamente na gestão dos custos médicos, controles financeiros e contábeis, ademais a Associação tem como perspectiva futura estratégias voltadas para redução de sua Sinistralidade, reestruturação e redução de custos da Rede de Atendimento e Agregação de novos produtos, por fim, existe a perspectiva por parte da administração em ações voltadas as áreas chaves da Operação, como Auditoria Médica, Marketing, Comercial e Promoção à Saúde e Prevenção a doenças.

A continuidade futura da Operadora depende do sucesso das medidas citadas acima, que estão e/ou que venham a serem implementadas pelos seus Administradores, resultando na obtenção futura de adequados níveis de operações e de rentabilidade, que possibilitem a recuperação dos investimentos efetuados, bem como da continuidade da busca de soluções administrativas e financeiras que garantam o sucesso da Operadora no futuro. As demonstrações contábeis não contemplam quaisquer ajustes decorrentes desse assunto e foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Operadora.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Guarulhos, 29 de abril de 2020.

Sidnei de Oliveira
CRC 1 SP 160.765/O-1



**NOTA - BALANÇO PATRIMONIAL PENDENTE DE APRECIÇÃO EM
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – COVID19**

O presente Balanço Patrimonial está sendo publicado em cumprimento as regras regulatórias previstas no Capítulo I, item 6.3, da Resolução Normativa - RN 435, editada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, não obstante ainda encontre-se pendente de apreciação/aprovação em Assembleia Geral Ordinária, ante a impossibilidade de reunião dos associados em decorrência da pandemia ocasionada pelo Coronavírus Disease (Doença do Coronavírus) COVID-19, tendo sido reconhecido Estado de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional do Brasil, conforme Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020, bem como pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio Decreto nº 64.879, de 20/03/2020, tendo, ainda, o Governo do Estado de São Paulo, editado regras de restrição de mobilidade e de impedimento de reuniões/aglomerações. Diante da situação excepcional relatada, a ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS assinala que realizará a competente Assembleia Geral Ordinária para apreciação/aprovação de seu Balanço Patrimonial no prazo e na forma estabelecidos na Medida Provisória nº 931, de 30/03/2020, com a posterior e oportuna republicação de seu Balanço Patrimonial nos periódicos habituais e em seu sítio eletrônico.